



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 67.662.007/0001-40

RELATÓRIO DO 1º QUADRIMESTRE DO CONTROLE INTERNO

Período de referência: Janeiro a Abril/2021

RESPONSÁVEL:

LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO
CONTROLADOR INTERNO

Av. Francisco Gimenes, 175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.
Fone/Fax: (18) 3552-1141 – controleinterno@pracinha.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ 67.662.007/0001-40

Ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Pracinha/SP

Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva

O Controle Interno da Prefeitura Municipal de Pracinha, no cumprimento de suas atribuições, atendendo ao disposto na Legislação vigente, artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 32, 35, 93 e 150 da Constituição do Estado de São Paulo, bem como o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 38, parágrafo único, da Lei 709/93, Comunicado SDG 32/2012 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e artigo 67 e 68 da Lei Orgânica do Município de Pracinha, vem submeter a Vossa Excelência o **Relatório do 1º Quadrimestre do Controle Interno do exercício de 2021**, com ênfase nos principais resultados.

O objetivo desse relatório é manter o Exmo. Senhor Prefeito e os gestores municipais informados sobre a situação financeira atual, a execução orçamentária do 1º quadrimestre e demais atos de gestão. Dessa forma, o presente instrumento demonstra aspectos relacionados ao controle financeiro, orçamentário e patrimonial da Prefeitura Municipal de Pracinha, bem como, informações auxiliares às demonstrações contábeis e financeiras referentes ao período em análise, de forma objetiva e clara, sendo de fácil compreensão para os seus usuários.

Ressalto que conforme dispõe a lei orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em seu art. 26, **essa corte de contas poderá utilizar das informações e elementos apurados pelo Controle Interno**, especialmente os que constam neste relatório e nos que venham a ser emitidos, para cumprimento de suas funções e como subsídio para seu processo de fiscalização e julgamento de contas.

Pracinha, 11 de junho 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.662.007/0001-40

SUMÁRIO

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	5
Plano Plurianual - PPA	5
Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO	5
Lei Orçamentária Anual – LOA	6
Demonstrativo de Créditos Adicionais	7
Plano de Mobilidade Urbana	10
Iluminação Pública	10
Contas Municipais	11
TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL.....	12
Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo	13
Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021	13
Prazo Transferência do Duodécimo	14
CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS.....	14
Transferência da União.....	15
Transferência do Estado	15
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA	15
Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas	15
Despesa por Unidade Orçamentária	16
Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021	17
Receitas Arrecadadas.....	18
Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.	19
ANÁLISE FINANCEIRA.....	20
Saldo Financeiro x Despesas a Pagar	20
RESTOS A PAGAR	21
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	21
APLICAÇÕES LEGAIS.....	22
Educação (25%).....	22
FUNDEB	22
Saúde (15%)	22
RECEITAS COVID-19	23
DESPESAS COVID-19	24
DESPESA COM PESSOAL	25
ADIANTAMENTO	25
DIÁRIA.....	26
ANÁLISE DE LICITAÇÕES.....	26
REPASSES AO TERCEIRO SETOR.....	27
TESOURARIA.....	27
JURÍDICO	28
Precatórios Judiciais	28
ENTREGA DE DOCUMENTOS.....	28
Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP	28
DCA – Declaração de Contas Anuais.....	29
CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados	30

Av. Francisco Gimenes, 175, Centro - Pracinha- SP, CEP: 17790-000.

Fone/Fax: (18) 3552-1141 – controleinterno@pracinha.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 67.662.007/0001-40

DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte.....	30
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais	30
Siope	31
Siops	31
RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária	32
RGF – Relatório de Gestão Fiscal	32
Documentos Audep.....	32
MEIO AMBIENTE	34
Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.....	34
Plano de Saneamento Básico.....	34
Coleta Seletiva.....	34
RECURSOS HUMANOS	35
Férias	35
Vale Alimentação	35
Hora Extra.....	35
Livro e Registro de Ponto.....	37
Subsídios dos Agentes Políticos	37
Contratação Cargo em Comissão	38
BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO)	38
PROTOCOLO	38
TRIBUTAÇÃO	39
ARQUIVO.....	39
PARECER DO CONTROLE INTERNO	40



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Plano Plurianual - PPA

A Lei Municipal nº 665/2017 que dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA foi elaborado e encaminhado à Câmara Municipal no prazo previsto na Lei Orgânica do Município, que é até o dia 30 de setembro, sendo o prazo para apreciação é até o dia 30 de novembro.

O Plano Plurianual – PPA indica, por programa de governo, as metas físicas e os custos dos anunciados projetos.

Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

A Lei Municipal nº 741/2020 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias, foi elaborado e encaminhado à Câmara Municipal no prazo previsto na Lei Orgânica do Município, que é até o dia 30 de setembro, sendo o prazo para apreciação é até o dia 30 de novembro.

A Lei Municipal nº 741/2020 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias - LDO estabelece, por ação do governo, custos estimados, indicadores e metas físicas, mas ficando prejudicada a avaliação do cumprimento das mesmas, uma vez que as unidades de medidas para avaliá-las não estão corretas.

No art. 17 da mesma, prevê que o município está autorizado a realizar até o limite de 15% da despesa inicialmente fixada, transposições, remanejamentos, transposições e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro.

No art. 7º da mesma, há previsão para limitação de empenho e movimentação financeira, conforme previsto no art. 4, inciso I, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias em seu art. 19, parágrafo único, e art. 20, estabeleceu critérios para repasse financeiro a entidades do terceiro setor, conforme disposto no art. 4º, inciso I, alínea “f”, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lei Orçamentária Anual – LOA

A Lei Municipal nº 742/2020, dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual -LOA para o exercício 2021, dá análise da lei foi possível verificar que o Município de Pracinha estimou a receita e fixou a despesa em 12.227.000,00 (Doze milhões, duzentos e vinte e sete mil reais), assim divididos:

Executivo: R\$ 11.462.000,00

Legislativo: R\$ 765.000,00

A Lei Orçamentária Anual - LOA foi elaborado e encaminhado à Câmara Municipal no prazo previsto na Lei Orgânica do Município, que é até o dia 30 de setembro, sendo o prazo para apreciação é até o dia 30 de novembro.

A LOA decompõe-se até o elemento da despesa, conforme prevê o art. 15, da Lei Federal nº 4.320/64.

Foi possível verificar que a LOA autorizou à abertura de créditos suplementares até 15% (quinze por cento) com recursos decorrentes do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou superávit orçamentário.

Os programas previstos no PPA, LDO e LOA e sua execução (empenho) por unidade orçamentária (secretaria), com o saldo da dotação atualizada, são os seguintes:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Secretarias/Órgãos	Dotação inicial Orçado 2021	Dotação Atual/Alteração até 1º Quad/2021	Empenhado até 1º Quad/2021	Saldo Dotação até 1º Quad/2021
GABINETE DO PREFEITO E DEPENDÊNCIAS	1.676.000,00	1.623.570,00	974.503,42	649.066,58
FINANÇAS	736.500,00	724.500,00	188.307,01	536.192,99
FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	106.000,00	124.550,00	62.850,82	61.699,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	2.985.090,00	2.999.704,07	1.717.467,59	1.282.236,48
ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	1.740.840,00	1.740.840,00	540.926,37	1.199.913,63
ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	182.000,00	182.000,00	41.184,44	140.815,56
ENSINO INFANTIL E CRECHE	683.000,00	683.000,00	218.852,30	464.147,7
CULTURA	55.000,00	55.000,00	17.660,92	37.339,08
PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS	2.162.510,00	2.734.673,92	1.338.831,60	1.395.842,32
SERVIÇOS DE ESTRADAS DE RODAGENS	142.500,00	136.500,00	42.990,00	93.510,00
DESPORTO E LAZER	103.500,00	98.500,00	17.182,07	5.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	889.060,00	878.560,00	319.786,00	558.774,00
TOTAL ORÇAMENTÁRIO	11.462.000,00	11.981.797,99	5.530.543,54	6.451.254,45

Demonstrativo de Créditos Adicionais

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

[...] (Grifo nosso)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO ADICIONAL - SINTÉTICO - Período 01/01/2021 - 30/04/2021 Página: 1/2

RESUMO

ORIGEM		APLICAÇÃO	
Anulação de Dotação:	558.102,00	Suplementação:	686.376,07
Excesso de Arrecadação:	454.750,00	Crédito Especial:	391.523,92
Operações de Crédito:	0,00	Crédito Extraordinário:	0,00
Superávit Financeiro:	65.047,99	Redução do Orçamento:	0,00
Aumento do Orçamento:	0,00	Remanejamento:	0,00
Remanejamento:	0,00	Transposicao:	0,00
Transposicao:	0,00	Transferência:	0,00
Transferência:	0,00	Reabertura Crédito Especial:	0,00
Reabertura Crédito Especial:	0,00	Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00
Reabertura Crédito Extraordinária:	0,00		
TOTAL:	1.077.899,99	TOTAL:	1.077.899,99

LEI 741/2020

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				
1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	412.102,00	12.227.000,00	0,00	3,37
Total:	412.102,00	12.227.000,00		0,00

LEI 746/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				
1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	29.523,92	12.227.000,00	0,00	0,24
Total:	29.523,92	12.227.000,00		0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

LEI 747/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				
1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	150.000,00	12.227.000,00	0,00	1,23
Total:	150.000,00	12.227.000,00		0,00

LEI 748/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
0 - Sem Controle de Percentual	238.750,00	12.227.000,00	0,00	1,95
Total:	238.750,00	12.227.000,00		

LEI 749/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				
1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	35.524,07	12.227.000,00	0,00	0,29
Total:	35.524,07	12.227.000,00		0,00

LEI 751/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				
1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	146.000,00	12.227.000,00	0,00	1,19
Total:	146.000,00	12.227.000,00		0,00

LEI 752/2021

Disp. Legal	Valor Crédito (a)	Valor Orçado (b)	% Disp. Legal	% (a/b)
Valores de Crédito Adicional que NÃO ONERAM*1				



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia DEMONSTRATIVO DE CRÉDITO ADICIONAL - SINTÉTICO - Período 01/01/2021 - 30/04/2021 Página: 2/2

1 - Não Considerar no cálculo de Percentual no RELATÓRIO de Crédito Adicional	66.000,00	12.227.000,00	0,00	0,54
Total:	66.000,00	12.227.000,00		0,00
TOTAL GERAL:	1.077.899,99	12.227.000,00		1,95

* 1- Os valores apresentados não oneram os percentuais autorizados pela Lei.

* 2- Este relatório é apenas gerencial conforme parametrização, no entanto a contabilização dos créditos adicionais está sendo realizada em sua totalidade de acordo com as normas contábeis.

PRACINHA, 19 de Maio de 2021.

Maurilei Aparecido Dias da Silva
Prefeito
CPF 254.058.838-75

Celso Tenório de Albuquerque
Contador
CRC nº 1SP248454/O-3

De acordo com art. 3 da Lei Municipal nº 742/2020 - LOA, o município está autorizado **abrir créditos suplementares até o limite de 15% os recursos provenientes de excesso de arrecadação, superávit financeiro e superávit orçamentário.** Ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00. O montante aberto até o período foi de R\$ 558.102,00 através



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

de anulação de dotação, R\$ 454.750,00 através de excesso de arrecadação e R\$ 65.047,99 através de superávit financeiro.

Com relação ao remanejamento, transferência e transposição, a Lei nº 741/2020 – Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o município está autorizado a realizar, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa inicialmente fixada, ou seja, até o limite de R\$ 1.834.050,00, desde que dentro de uma categoria de programação para outra ou de um órgão orçamentário para outro. Dá análise, observa-se que o município não realizou remanejamento, transferência e transposição.

Houve também a abertura de crédito especial autorizada por lei específica cujo valor soma R\$ 655.711,44, conforme relatórios extraídos.

Plano de Mobilidade Urbana

O Município de Pracinha está dispensado de editar o Plano de Mobilidade Urbana em função de a população ser inferior a 20.000 habitantes.

Iluminação Pública

Até a presente data foi possível verificar que o município assumiu os ativos de iluminação pública, dessa forma cumprindo a determinação contida na Resolução nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Nesse contexto, foi possível contestar que **os ativos não foram detalhadamente discriminados** para a necessária incorporação patrimonial.

Com relação à Contribuição de Iluminação Pública – CIP, a Prefeitura Municipal de Pracinha enviou em 2019 à Câmara Municipal projeto de lei nº 015/2019 para instituir a Contribuição de Iluminação Pública - Cip. No entanto, **o referido projeto foi rejeitado pela Câmara Municipal.** Portanto, observa-se que o município cumpriu com sua obrigação perante a legislação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Atualmente o município transfere a empresa terceirizada Claudia Regina Vinhais Degrande – ME, os serviços de iluminação pública, os gastos com a referida empresa até o 1º quadrimestre de 2021 foram de R\$ 26.762,36 pelo liquidado.

Já os gastos com pagamento das faturas de energia elétrica de iluminação pública até o 1º quadrimestre de 2021 foi de R\$ 45.967,78 pelo liquidado. Dessa forma, o total despendido com iluminação pública foi de R\$ 72.730,14.

Conforme é de conhecimento de todos, a Companhia Energética transferiu para os Municípios, a responsabilidade pela ampliação e manutenção dos ativos referentes a iluminação pública, isso significa que o custeio para implantação e reposição de postes, lâmpadas, reatores e demais insumos para manter a iluminação pública em pleno funcionamento deixou de ser de responsabilidade da companhia de energética, passando para ser de inteira responsabilidade dos Municípios. Portanto se faz necessário o Município de Pracinha criar meios próprios para financiar o custeio que lhe foi imposto referente à iluminação pública.

Dessa forma, a instituição da presente contribuição de iluminação pública - CIP se mostra necessária tendo em vista a imposição dirigida ao Município de criar mecanismos que garantam o custeio da iluminação pública local.

Contas Municipais

A Prefeitura Municipal de Pracinha nos últimos quatro exercícios antecedentes teve os seguintes resultados nas apreciações de Contas:

Exercício	Processo	Parecer
2019	TC-4610.989-19-6	Favorável
2018	TC-4269/989-18-2	Favorável
2017	TC-6512.989.16-1	Favorável



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

TRANSFERÊNCIAS À CÂMARA MUNICIPAL

A base de cálculo para o repasse ao poder legislativo municipal está regulamentada através do artigo 29-A da Constituição Federal.

Com o sentido de orientar a Administração dos Municípios do estado, editou o Tribunal de Contas de São Paulo o Manual “O Tribunal e a Gestão Financeira dos Prefeitos”, onde, na página 29, diserte sobre a base de cálculo do repasse à Câmara de Vereadores onde diz que “sobreditos percentuais incidem não apenas sobre os tributos arrecadados pelo próprio Município; também oneram os impostos transferidos pela União e Estado. Daí que a base de apuração se chama receita tributária ampliada”. Ademais, disponibiliza a base de cálculo utilizada durante a fiscalização conforme abaixo:

- (+) 100% das transferências federais (FPM, ITR, IPI/Exportação, IOF/ouro)**
- (+) 100% das transferências estaduais (ICMS, IPVA)**
- (+) 100% da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE**
- (=) Base sobre a qual se apura o limite da despesa legislativa**

Conforme se extrai da tabela acima, o percentual constante no artigo 29-A da Constituição Federal será aplicado sobre a somatória das receitas de IPTU, ISS, ITBI, Taxas, Contribuições de Melhoria, FPM, ITR, IPI, ICMS, IPVA e CIDE.

Da verificação do relatório (balancete da receita do mês de dezembro de 2020) colocado à disposição ao Controle Interno, foi possível verificar a seguinte base de cálculo para repasses ao poder legislativo durante o exercício de 2021:

CÓDIGO	RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR R\$
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	424.972,36
SUBTOTAL		424.972,36
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		
1718.01.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.937.627,22



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

1718.01.4	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Julho	357.957,70
1718.01.3	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios 1% Dezembro	357.196,15
1718.01.5	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	24.195,33
1728.01.1	Cota-Parte do ICMS	2.022.657,38
1728.01.2	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores	107.505,14
1728.01.3	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	15.038,42
1728.01.4	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE	10.038,42
SUBTOTAL . . .		10.856.411,91
I - TOTAL GERAL		11.281.384,27
II – APLICANDO 7% SOBRE A RECEITA APURADA - (I)		789.696,90
III – DIVIDINDO POR 12 (II) = DUODÉCIMO MENSAL		65.808,07
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE /SP = 2.858 hab.		
Fonte: IBGE – 2010		

Resultado do Cálculo do Repasse ao Legislativo

De acordo com o limite fixado pelo inciso I¹, do art. 29-A, da Constituição de 1988, verifica-se que o Executivo poderá repassar ao Legislativo, durante o exercício de 2021, o montante de R\$ 789.696,90 que, distribuídos mensalmente, alcançará o valor de R\$ 65.808,07.

Da Lei do Orçamento para o Exercício 2021

De acordo com a proposta orçamentária aprovada para o exercício 2021, o repasse ao Poder Legislativo durante o corrente exercício foi fixado em R\$ 765.000,00, valor este que representa **o percentual de 6,78%** em relação ao total das receitas elencadas no *caput*, do art. 29-A, relativas ao exercício de 2020, conforme apurado no quadro acima, portanto, verifica-se que o valor fixado encontra-se dentro do limite estabelecido na CF/88 que é de 7%.

¹ Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Prazo Transferência do Duodécimo

A Constituição da República estabelece que o repasse deve ser efetivado “**até o dia vinte de cada mês**”, assim sendo, alerta a Administração atual para o devido procedimento, haja vista que, o não atendimento constitui ato de infração ao art. 168², da Constituição Federal.

No quadro abaixo a trajetória dos repasses do duodécimo até o 1º quadrimestre de 2021:

Fornecedor: 167 - CAMARA MUNICIPAL DE PRACINHA

Data	Ficha	Categ.	El.	Sub.	Processo	Vencido.	Empenho	FR	Apl/Var	Histórico	Pago	Retenção
19/01/2021	5501	5.5.01				20/01/2021	115/0-2021	01	110.000	Pagamento de Empenho	63.750,00	0,00
19/02/2021	5501	5.5.01				19/02/2021	166/0-2021	01	110.000	Pagamento de Empenho	63.750,00	0,00
19/03/2021	5501	5.5.01				25/03/2021	213/0-2021	01	110.000	Pagamento de Empenho	63.750,00	0,00
20/04/2021	5501	5.5.01				16/04/2021	235/0-2021	01	110.000	Pagamento de Empenho	63.750,00	0,00
Total do Fornecedor:											255.000,00	

Mês	Pagamento
Janeiro	19/01
Fevereiro	19/02
Março	19/03
Abril	20/04

Observa-se que os repasses durante o 1º quadrimestre de 2021 ocorreram dentro do prazo legal.

CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS

A fim de verificar a correta contabilização das receitas auferidas pela Prefeitura Municipal de Pracinha no 1º quadrimestre de 2021, através de transferências realizadas pelos órgãos concessionários da União e do Estado de São Paulo, foi apurado os valores

² Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

informados nos sítios oficiais dos órgãos concessionários e o registrado pela Prefeitura, onde resultado foi constatado conforme segue:

Transferência da União

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
FPM	804.233,13	804.233,13	-
FEP	15.142,54	15.142,54	-
ITR	66,46	66,46	-
CIDE	1.080,29	1.080,29	-
RPM	510,33	510,33	-
FUNDEB	56.032,92	56.032,92	-
SNA	330,97	-	-
ADO25	711,81	711,81	-

Fonte: www.42.bb.com.br

Houve uma pequena divergência entre o informado pelo órgão concessionário e o registrado pela prefeitura, quanto ao recurso do SNA.

Transferência do Estado

Receitas	Órgão Concessor	Prefeitura	Diferença
ICMS	165.896,74	165.896,74	-
IPVA	6.978,87	6.610,50	-
IPI	1.374,52	1.718,16	343,64

Fonte: www.42.bb.com.br

A diferença de R\$ 343,64, diz respeito a retenção do Fundeb.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ANÁLISE FINANCEIRA

Despesas: Empenhadas, liquidadas e pagas

Até o mês de abril de 2021 as despesas empenhadas do Poder Executivo foram de R\$ 5.530.543,54. Deste valor foram liquidados R\$ 4.055.433,12 sendo pagos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

R\$3.397.446,76. Os valores a serem pagos, considerando-se a diferença entre os valores liquidados e pagos totalizam o valor de R\$ 657.986,36 e apresentam a seguinte situação:

Em R\$	Despesas Empenhadas				
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Fonte 09	Total
	R\$ 4.505.484,23	R\$ 595.780,07	R\$ 429.279,24	R\$ -	R\$ 5.530.543,54

Em R\$	Despesas Liquidadas				
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Fonte 09	Total
	R\$ 3.268.733,81	R\$ 421.220,07	R\$ 365.479,24	R\$ -	R\$ 4.055.433,12

Em R\$	Despesas Pagas				
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Fonte 09	Total
	R\$ 2.713.552,82	R\$ 371.350,92	R\$ 312.543,02	R\$ -	R\$ 3.397.446,76

Em R\$	Despesas a Pagar				
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Fonte 09	Total
	R\$ 555.180,99	R\$ 49.869,15	R\$ 52.936,22	R\$ -	R\$ 657.986,36

Despesa por Unidade Orçamentária

Numero	Descrição	Empenhado	Liquidado	Pago
		até abril/2021	até abril/2021	Até abril/2021
02.01.00	GABINETE DO PREFEITO E DEPENDENCIAS	974.503,42	621.520,89	550.149,70
02.02.00	FINANÇAS	188.307,31	157.338,05	137.070,59
02.03.00	FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	62.850,82	49.320,82	41.764,25
02.04.00	SAÚDE	1.717.467,59	1.244.079,37	1.021.783,39
02.05.00	ENSINO FUNDAMENTAL E ESPECIAL	540.926,37	510.069,87	413.947,85
02.06.00	ENSINO MÉDIO E SUPERIOR	41.184,44	41.184,44	41.184,44
02.07.00	ENSINO INFANTIL E CRECHE	218.852,30	178.028,75	139.326,79
02.08.00	CULTURA	17.660,92	14.480,92	11.369,54
02.09.00	PLANEJAMENTO, OBRAS E SERVIÇOS GERAL	1.388.831,60	939.153,41	787.785,86
02.10.00	SERVIÇOS DE ESTRADAS E RODAGENS	42.990,70	33.679,46	31.291,32
02.11.00	DESPORTO E LAZER	17.182,07	15.282,07	10.959,71
02.12.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	319.786,00	251.295,07	210.813,32
	TOTAL	5.530.543,54	4.055.433,12	3.397.446,76



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Comparativo Despesa 2020 x Despesa 2021

Realizando um comparativo mês a mês, das receitas realizadas no exercício de 2020 e 2021, observa-se:

Despesas Empenhadas Mês (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Janeiro	1.870.288,47	1.404.261,91	-466.026,56	-33,18%
Fevereiro	1.100.831,68	1.232.368,89	131.537,21	11,95%
Março	932.047,77	749.773,29	-182.274,48	24,31%
Abril	550.535,82	1.119.080,14	568.544,32	103,27%

Comparando-se as despesas no acumulado no ano, durante o mesmo período de 2020 e 2021, temos a seguinte posição:

Despesas Empenhadas Acumulado (Fonte 01)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Janeiro	1.870.288,47	1.404.261,91	-466.026,56	33,19%
Fevereiro	2.971.120,15	2.636.630,80	-334.489,35	12,69%
Março	3.903.167,92	3.386.404,09	-516.763,83	15,26%
Abril	4.453.703,74	4.505.484,14	51.780,40	1,16%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada na fonte de recurso 01, sofreu um acréscimo de **1,16% ou R\$ 51.780,40** sobre o total empenhado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar **somente o mês de abril a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 568.544,32 que representa 103,27%.**

Despesas Empenhadas Mês (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Janeiro	2.192.386,19	1.539.612,09	-652.774,10	-42,40%
Fevereiro	1.149.718,43	1.547.476,14	397.757,71	34,59%
Março	1.157.314,65	882.992,58	-274.322,07	-31,06%
Abril	726.550,36	1.560.462,73	833.912,37	114,77%



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Comparando-se as despesas acumuladas no ano, durante o mesmo período de 2021 e 2020, temos a seguinte posição:

Despesas Empenhadas Acumuladas (Todas as Fontes)				
Mês	2020	2021	Resultado	Variação
Janeiro	2.192.386,19	1.539.612,09	-652.774,1	-42,40%
Fevereiro	3.642.104,62	3.087.088,27	-555.016,35	-17,98%
Março	4.799.419,27	3.970.080,81	-829.338,46	-20,89%
Abril	5.525.969,63	5.530.543,54	4.573,91	0,08%

Pelos números apresentados no quadro acima, fica claro que até o mês analisado do exercício corrente, a despesa empenhada considerando todas as fontes de recursos, sofreu um acréscimo de **0,08% ou R\$ 4.573,91** sobre o total empenhado no mesmo período do exercício anterior. Se for analisar **somente o mês de abril a despesa sofreu um acréscimo de R\$ 833.912,37 que representa 0,08%.**

Receitas Arrecadadas

Durante a fase de planejamento, a receita líquida prevista montou em R\$ 12.227.000,00, assim, a receita mensal média prevista para os 12 (doze) meses seria R\$ 1.018.916,67. Se considerarmos os 4 (quatro) meses já realizados, teríamos uma arrecadação de R\$ 4.075.666,68.

Contudo, a arrecadação realizada líquida no período foi de R\$ 4.519.664,30. Ou seja, R\$ 443.997,62 a maior que o valor previsto para o período, havendo, **portanto, um superávit de arrecadação somando todas as fontes de recursos de 10,44%.**

Sendo assim, foi apurado o déficit/superávit de arrecadação líquido nas principais Fontes de Recursos, conforme quadro abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

FONTE 01				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	9.947.800,00	828.983,33	107.258,35	429.033,40
Arrecadado	3.744.966,72	936.241,68		

FONTE 02				
	Total	Média/mês	Superávit mês	Superávit apurado
Orçado	1.241.540,00	103.461,67	37.331,12	149.324,48
Arrecadado	563.171,17	140.792,79		

FONTE 05				
	Total	Média/mês	Déficit mês	Déficit apurado
Orçado	1.037.660,00	86.471,67	-33.595,07	-134.380,28
Arrecadado	211.506,41	52.876,60		

Comparativo entre a receita arrecadada e a despesa empenhada.

Do levantamento dos valores empenhados com a receita arrecadada, verifica-se que houve, até o período analisado, um **déficit** na execução orçamentária da ordem de **-39,37%**, que corresponde a um valor total de **R\$ 1.561.077,84**, conforme o quadro:

MÊS	4			
Mês	Receita Arrecadada	Despesa Empenhada	Resultado	%
Dezembro	4.519.644,30	5.530.543,54	-1.010.899,24	-22,36678758
TOTAL	4.519.644,30	5.530.543,54	-1.010.899,24	-22,36678758

Orçamento Anual - Receita Prevista e Despesa Fixada	12.227.000,00
Média da Receita Prevista/Despesa Fixada	1.018.916,67
Média Receita Efetivamente Arrecadada	1.129.911,08
Média da Despesa Realizada (empenhada)	1.382.635,89
Déficit mensal até abril/21 – Todas as Fontes	-252.724,81
Déficit orçamentário total apurado	-1.010.899,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANÁLISE FINANCEIRA

Saldo Financeiro x Despesas a Pagar

Segundo consta do Boletim de Caixa, o saldo disponível em 30 de abril de 2021 era de **R\$ 1.449.407,94**. Tais recursos estão assim distribuídos:

Em R\$	Saldo Financeiro			
	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 05	Total
	R\$ 827.326,94	R\$ 368.107,62	R\$ 253.973,38	R\$ 1.449.407,94

Analisando o resultado, desconsiderando as fontes de recursos, o valor total das despesas a serem pagas (liquidadas-pagas) é **R\$ 657.986,36** e o total disponível é – **R\$ 1.449.407,94**. Portanto, temos uma situação positiva de **R\$791.421,58**.

Ao compararmos as despesas liquidadas e não pagas, por fontes de recursos, com os valores disponíveis nas Contas Movimento do Boletim de Caixa e Banco, constata-se que temos equilíbrio financeiro apenas nas fontes de recurso 02 e 05, e déficit na fonte 01, apresentando-se da seguinte forma:

Fonte	A Pagar	Saldo Financeiro	Resultado
Fonte 01	555.180,99	827.326,94	272.145,95
Fonte 02	49.869,15	368.107,62	318.238,47
Fonte 05	52.936,22	253.973,38	201.037,16
TOTAL	791.421,58	1.449.407,94	791.421,58

Dá análise, constata-se que na fonte de recurso 01 temos um superávit financeiro de R\$ 272.145,95. Analisando todas as fontes de recursos temos um superávit financeiro de R\$ 791.421,58.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RESTOS A PAGAR

Restos a Pagar Processados			
Inscrito em 31 de dezembro de 2020	Pagos	Cancelados	Saldo
R\$ 577.424,67	R\$ 549.321,05	R\$ -	R\$ 28.103,62

Restos a Pagar Não Processados			
Inscrito em 31 de dezembro de 2020	Pagos	Cancelados	Saldo
R\$ 60.944,27	R\$ 54.734,27	R\$ -	R\$ 6.210,00

Os restos a pagar processados, ou seja, aqueles que foram empenhados e liquidados, inscritos até 31 de dezembro de 2019, somou o valor de R\$ 577.424,67, desses foram pagos R\$ 549.321,05, restando um saldo de R\$ 28.103,62.

Os restos a pagar não processados, ou seja, aqueles que foram empenhados mas não liquidados, inscritos até 31 de dezembro de 2019, somou o valor de R\$60.944,27, desses foram pagos o valor de R\$ 54.734,27, restando um saldo de R\$ 6.210,00.

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

De acordo art. 4º, inciso I, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal:

Art. 3º **A dívida consolidada líquida** dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ao final do décimo quinto exercício financeiro contado a partir do encerramento do ano de publicação desta Resolução, **não poderá exceder**, respectivamente, a:
[...]

II - **no caso dos Municípios: a 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida**, definida na forma do art. 2.

Até o 1º quadrimestre de 2021, o montante da dívida consolidada líquida foi de R\$ 1.471.939,56 o que representa 21,19% sobre a Receita Corrente Líquida.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

APLICAÇÕES LEGAIS

Educação (25%)

De acordo com o levantamento, a aplicação no ensino até o mês de abril estava em 30,67% - R\$ 1.396.840,72 - pelo empenhado. Deste valor R\$ 1.325.160,67 foram liquidados, ou 29,09%, sendo pago R\$ 1.236.561,48, ou 27,15%, conforme quadro abaixo:

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO								
	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	3.533.200,00	29,68	1.396.840,72	30,67	1.325.160,67	29,09	1.236.561,48	27,15
Ensino Fundamental	819.000,00	6,88	302.922,84	6,65	272.066,34	5,97	218.831,92	4,80
Educação Infantil	528.600,00	4,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil - Creche	0,00	0,00	156.986,07	3,45	127.086,64	2,79	98.299,88	2,16
Educação Infantil - Pré-Escola	0,00	0,00	46.059,23	1,01	35.135,11	0,77	28.557,10	0,63
Retenções ao FUNDEB	2.185.600,00	18,36	890.872,58	19,56	890.872,58	19,56	890.872,58	19,56

FUNDEB

Até abril, o percentual aplicado no FUNDEB de acordo com o demonstrativo do sistema contábil e também do controle feito por este departamento de Controle Interno, era de 57,52% - R\$ 174.543,78 - pelo empenhado. Pelo liquidado 57,52%, no total de R\$ 174.543,78. Sendo pago 43,85% - R\$ 133.080,39. Vejamos o quadro:

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB								
	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESPESAS TOTAIS								
TOTAL	876.884,00	125,18	174.543,78	57,52	174.543,78	57,52	133.080,39	43,85
Profissionais da Educação	693.500,00	99,00	174.543,78	57,52	174.543,78	57,52	133.080,39	43,85
Outras	183.384,00	26,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Saúde (15%)

Segundo consta no demonstrativo foi empenhado até o mês de abril R\$1.125.534,37, ou 24,71%. O total liquidado foi de R\$ 881.756,15 ou 19,36%. O total pago foi R\$ 716.040,75 que representa 15,72%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

	APURAÇÃO DA APLICAÇÃO							
	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
DESP. TOTAL C/REC. PRÓPRIOS	1.994.370,00	17,90	1.125.534,37	24,71	881.756,15	19,36	716.040,75	15,72
(-) Despesas com Aposentadorias			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas com Pensões			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDADADA DA SAÚDE			1.125.534,37	24,71	881.756,15	19,36	716.040,75	15,72

Portanto, atendendo o limite constitucional de 15% de aplicação na Saúde.

RECEITAS COVID-19

Até o mês de abril o município de Pracinha recebeu o montante de R\$ 100.000,00 de recursos relacionados ao COVID-19. Sendo que desse valor foi dividido da seguinte forma, conforme quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$ -

Fonte 02 – R\$ 30.000,00

Fonte 05 – R\$ 70.000,00

Total – R\$ 100.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021
(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Página: 1/4

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 02.312.000 - RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS

Ficha	Receita	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Total Arrecadado
88	1728.03.1.1.05.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS COVID19	30.000,00	30.000,00	0,00
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			30.000,00	30.000,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELAÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021
(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Página: 2/4

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 05.312.000 - RECURSOS PARA COMBATE AO CORONAVIRUS

Ficha	Receita	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Total Arrecadado
65	1718.03.1.1.08.00	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS COVID19	70.000,00	70.000,00	0,00
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			70.000,00	70.000,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

DESPESAS COVID-19

Até o mês de abril de 2021 o município de Pracinha liquidou o montante de R\$ 94.685,30 de despesas relacionadas ao Covid-19, conforme demonstrada no quadro abaixo:

Fonte 01 – R\$-

Fonte 02 – R\$ -

Fonte 05 – R\$ 94.685,30

Total – R\$ 94.685,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021

Página: 4/8

(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 05.312.004 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PAIF/COVID 19

Ficha	Categoria	Descrição	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
244	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17.500,00	8.750,00	8.750,00
	05	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	17.500,00	8.750,00	8.750,00
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			17.500,00	8.750,00	8.750,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021

Página: 5/8

(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 05.312.018 - TRANSF. COVID 19 PORTARIAS 1666/01-07-2020

Ficha	Categoria	Descrição	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
68	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	15.350,00	15.350,00	15.350,00
	22	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	2.850,00	2.850,00	2.850,00
	28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	12.500,00	12.500,00	12.500,00
	36	MATERIAL HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00
71	3.3.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	32.697,90	32.697,90	32.697,90
	05	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	4.850,00	4.850,00	4.850,00
	96	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA - PAGAM	27.847,90	27.847,90	27.847,90
73	4.4.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	18.634,88	18.634,88	18.634,88
	08	APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOL	8.000,00	8.000,00	8.000,00
	42	MOBILIÁRIO EM GERAL	10.634,88	10.634,88	10.634,88
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			66.682,78	66.682,78	66.682,78



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS

SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021

Página: 6/8

(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 05.312.025 - RECURSO COVID-19 PORTARIA Nº 2516

Ficha	Categoria	Descrição	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
68	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	5.025,60	5.025,60	5.025,60
	09	MATERIAL FARMACOLÓGICO	5.025,60	5.025,60	5.025,60
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			5.025,60	5.025,60	5.025,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

Página: 7/8

4rtecnologia

RELAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - GERAL - DE 01/01/2021 ATÉ 30/04/2021
(Fte. Recurso/Aplic./Variação)

Fte. Recurso/Aplic./Variação: 05.312.028 - SAÚDE NA ESCOLA PORTARIA Nº 1857 COVID-19

Ficha	Categoria	Descrição	Total Empenhado	Total Liquidado	Total Pago
68	3.3.90.30	MATERIAL DE CONSUMO	5.476,92	5.476,92	5.476,92
	36	MATERIAL HOSPITALAR	5.476,92	5.476,92	5.476,92
Total Fte. Recurso/Aplic./Variação:			5.476,92	5.476,92	5.476,92

O município de Pracinha vem divulgando em sua página as receitas e despesas relacionadas ao COVID-19, bem como vem classificando as receitas e despesas no código de aplicação 312, conforme determina o ordenamento jurídico.

DESPESA COM PESSOAL

Como estabelece o Art. 22, parágrafo único, a respeito do limite prudencial, se a despesa com pessoal no órgão atingir 95% do limite imposto – ou seja, 51,30% da Receita Corrente Líquida apurada. No quadro supra o gasto com pessoal na Prefeitura Municipal não representa risco de atingimento de tal limite prudencial.

Segundo demonstrativo, às despesas com pessoal até o mês de abril, totalizou R\$ 6.363.753,52 contra uma Receita Corrente Líquida de R\$ 13.475.760,50, logo o percentual do gasto com pessoal foi de 47,22%.

QUADRO COMPARATIVO COM OS LIMITES DA LRF:	R\$	%
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	13.475.760,50	100,0000
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	13.475.760,50	100,0000
Despesas Totais com Pessoal	6.363.753,52	47,2237
Limite Máximo (art. 20 LRF)	7.276.910,67	54,0000
Limite Prudencial 95% (par. único art. 22 LRF)	6.913.065,14	51,3000
Excesso a Regularizar	0,00	0,0000

ADIANTAMENTO

Até o mês de abril de 2021 foram realizados um total de 7 (sete) adiantamentos que somam o valor de R\$ 1.635,36, o qual não constatei a baixa até a presente data dos referidos adiantamentos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

4rtecnologia

RELATÓRIO DE CONTROLE DE ADIANTAMENTOS - POSIÇÃO - PERÍODO: 01/01/2021 à 30/04/2021

Página: 1/1

Empenho	Processo	Ficha Nome	CPF	R.G.	Categoria	VL. Adiantamento	VL. Utilizado	Dt. Início	Dt. Baixa
4317/0-2020		5 agnes del arco filetti frare	20459536885		3.3.90.14	88,78	88,78	26/10/2020	
4622/0-2020		45 FERNANDO FALTZ SALVADOR	32644681820		3.3.90.14	236,33	236,33	19/11/2020	
596/0-2021		5 VAGNER PANVEQUI VIEIRA	36539820810		3.3.90.14	200,00	200,00	10/02/2021	
778/0-2021		124 ANA PAULA ALVES DE ANDRADE	26454792862		3.3.90.14	687,00	687,00	23/02/2021	
915/0-2021		124 SANDRA REGINA APORTA MARINS	07374649843		3.3.90.14	245,69	245,69	02/03/2021	
1680/0-2021		5 agnes del arco filetti frare	20459536885		3.3.90.14	88,78	88,78	20/04/2021	
1742/0-2021		5 agnes del arco filetti frare	20459536885		3.3.90.14	88,78	88,78	27/04/2021	
Total Geral:						1.635,36	1.635,36		

DIÁRIA

O município instituiu a lei de diária através da Lei Municipal nº 715/2019, aos servidores e agentes políticos.

A diária diferente do regime de adiantamento pode ter sua prestação de contas de forma simplificada, através de relatório ou da prestação de algum comprovante específico relativo à atividade exercida.

Até o mês de abril de 2021 o município despendeu com gastos de diária o valor de R\$ 51.950,00

ANÁLISE DE LICITAÇÕES

Convite nº 01/2021

Objeto: Contratação de Assessoria Contábil

Valor: R\$ 71.400,00

Vencedor: Getc – Gestão Técnica, Assessoria e Consultoria Pública S/S Ltda Me

- Não foram constatados erros no que diz respeito aos atos procedimentais do processo. Foram emitidos pareceres analisando o processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Pregão nº 02/2021

Objeto: Contratação de empresa para contratação de empresa especializada no ramo de serviços médicos clínico geral na unidade prisional de Pracinha

Valor: -

Vencedor: -

- Não foram constatados erros no que diz respeito aos atos procedimentais do processo. Foram emitidos pareceres analisando o processo.

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Até o 1º quadrimestre de 2021 não foi realizado nenhum ajuste com entidades do terceiro setor visando o repasse.

TESOURARIA

O boletim de caixa até 31/03 apresentava um saldo de R\$ 16.458,54 e o extrato bancário da conta tesouraria-caixa-recebimentos apresentava um saldo em 30/04 de R\$16.458,54, portanto regular.

Dá análise das conciliações bancárias, foi constatado haver pendências não contabilizadas, vejamos:

Conta nº 27-9 da Caixa Econômica Federal. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco de exercícios anteriores, que somam o valor de R\$ 15.657,97. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco no valor de R\$ 4.706,82. Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$ 3.889,45.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Conta nº 106244-1 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 5.408,53 . Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$ 2.100,00.

Conta nº 109830-6 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$ 7.316,15. Retiradas não lançadas no sistema no valor de R\$

Conta nº 30074-8 do Banco do Brasil. Cheques ou retiradas não compensadas pelo banco que somam o valor de R\$17.977,67. Depósitos não lançados no sistema, que somam o valor de R\$ 7.515,69. Retiradas não lançada no sistema R\$ 16.347,10.

JURÍDICO

Precatórios Judiciais

Acordo firmado junto a Tribunal de Justiça de São Paulo (DEPRE), conforme processo nº 67.662007000140 referente a 2,6% da receita corrente líquida.

Foi constatado na análise que o município honrou com os seus compromissos de forma mensal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS

Informações a Previdência Social – GFIP/SEFIP

A GFIP deve ser transmitido pelo Conectividade Social até o dia sete do mês seguinte àquele em que a remuneração foi paga, creditada ou se tornou devida ao trabalhador e/ou tenha ocorrido outro fato gerador de contribuição ou informação à Previdência Social, conforme disposto no § 2º³, do art. 225 do Decreto n.º 3.048/1999. Caso

³ Art. 225. A empresa é também obrigada a:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

não haja expediente bancário no dia 07, a transmissão deve ser antecipada para o dia de expediente bancário imediatamente anterior.

Das análises das guias de entrega, referentes aos arquivos gerados pelo GFIP, **foi possível verificar que as GFIP's** foram entregues nos seguintes prazos:

Janeiro – 29/01

Fevereiro – 05/03

Março – 31/03

Abril – 05/05

Portando, observa-se que as GFIP's foram entregues dentro do prazo legal.

O contribuinte que apresentar a GFIP fora do prazo, que deixar de apresentá-la ou que a apresentar com incorreções ou omissões está sujeito às multas previstas na Lei nº 8.212/1991 e às sanções previstas na Lei nº 8.036/1990.

A multa por atraso na entrega da GFIP correspondente a 2% (dois por cento) ao mês-calendário ou fração, incidente sobre o montante das contribuições informadas, ainda que integralmente pagas, respeitados o percentual máximo de 20% (vinte por cento) e os valores mínimos de R\$ 200,00, no caso de declaração sem fato gerador, ou de R\$ 500,00, nos demais casos.

DCA – Declaração de Contas Anuais

De acordo com o art. 51, §1º, inciso I12, da Lei De Responsabilidade Fiscal, o prazo de entrega do DCA do exercício anterior, é até dia 30 de abril. Dá análise constatee que o envio do ocorreu 03/05/2021, portanto fora do prazo legal.

[...]

§ 2º A entrega da Guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social deverá ser efetuada na rede bancária, conforme estabelecido pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, até o dia sete do mês seguinte àquele a que se referirem as informações.

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

Das análises das guias de entrega referentes aos arquivos gerados pelo CAGED, foi possível verificar que foram entregues nos seguintes prazos:

O CAGED de competência de janeiro não houve movimentação.

O CAGED de competência de fevereiro foi entregue em 05/03

O CAGED de competência de março não houve movimentação.

O CAGED de competência de abril foi entregue em 30/04.

Portanto observa-se que as entregas ocorreram dentro do prazo legal. O prazo de entrega é até o dia 7 do mês subsequente ao mês de referência das informações.

DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte

De acordo com o Recibo de Entrega da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte – Dirf ano base 2020, fornecido pelo departamento Recursos Humanos, pode-se comprovar que a Prefeitura vem cumprindo com as disposições do Ministério da Fazenda e Secretaria da Receita Federal do Brasil no que diz respeito ao envio da declaração. Já que a Administração encaminhou **no dia 24 de fevereiro de 2021**, as informações relativas ao ano-calendário 2019, ou seja, dentro do prazo fixado na Legislação atinente.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

De acordo com o Recibo de Entrega da RAIS fornecido pelo departamento de Recursos Humanos, pôde-se comprovar que a Prefeitura vem cumprindo com as disposições do Ministério do Trabalho e Emprego no que diz respeito ao envio da declaração anual das informações sociais de cada um dos seus servidores, já que encaminhou **no dia 04 de abril de 2021**, as informações relativas ao ano-base 2020, ou seja, dentro do prazo estabelecido na Legislação pertinente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Siope

Dá análise foi possível verificar se o Siope não foi transmitido, conforme quadro anexo:

353960	Planalto			
353970	Platina	X	MS	
353980	Poá			
353990	Poloni			
354000	Pompéia	X	X	
354010	Pongaí			
354020	Pontal			
354025	Pontalinda	X	MS	
354030	Pontes Gestal			
354040	Populina			
354050	Porangaba	X	X	
354060	Porto Feliz			
354070	Porto Ferreira			
354075	Potim	X		
354080	Potirendaba			
354085	Pracinha			
354090	Pradópolis			
354100	Praia Grande			
354105	Pratânia			
354110	Presidente Alves	X	X	

Siops

Os municípios devem alimentar bimestralmente o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), com informações referentes aos orçamentos públicos em saúde.

No entanto o ministério da saúde não disponibilizou a versão de transmissão dos dados do SIOPS referente ao 1º e 2º bimestre, conforme Comunicado CSIOPS 04/2021..



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RREO – Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Conforme determina o art. 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e o § 3º do art. 165 da Constituição, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), **deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.**

Analisando a situação de entrega, constatei que o RREO no SICONFI, foi entregue nas seguintes datas:

1º Bimestre – 01/06

2º Bimestre – 05/04

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

De acordo com art. 63, inciso II, alínea “b”, é facultado aos municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, onde o mesmo será divulgado trinta dias após o encerramento do semestre.

A publicação ocorreu dia 22/05/2021 ao sistema Audesp.

Alerto que deixar de publicar o RGF no prazo estipulado acarretará em sanções, proibindo-se que receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Documentos Audesp

Em análise feita no sistema Audesp, foi constatado que alguns documentos foram entregues intempestivamente, conforme segue:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Entidade	Tipo de Documento	Ano	Dt. Prazo de Entrega	Entregue	Entregue no Prazo
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	LDO-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-ELABORACAO	2021	03/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	LOA-INICIAL-ATA-AUDIENCIA-ELABORACAO	2021	03/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	PARECER-CONSELHO-FUNDEB	2020	01/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Balanço Orçamentário	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Dem. Função / Subfunção	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Dem. Apuração RCL	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Dem. Receitas e Despesas Previdenciárias	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Resultado Nominal	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Resultado Primário	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RREO - Restos a Pagar	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. RGF - Executivo	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. Aplic. na Manut. e Desenv. do Ensino	2020	01/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. do Demonst. de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Anexo 8 RREO)	2020	03/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Publ. do Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2020	03/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	PLAN-LDO-ATUALIZADA	2020	01/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	PLAN-LOA-ATUALIZADA	2020	01/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	PLAN-PPA-ATUALIZADO	2020	01/02/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Conciliações Bancárias Mensais	2020	26/01/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Conciliações Bancárias Mensais	2020	01/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	Conciliações Bancárias Mensais	2021	16/04/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	i-EDUC	2020	31/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	i-SAÚDE	2020	31/03/2021	Sim	Não
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA	iEG-Prev	2020	31/03/2021	Sim	Não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Alerto que o atraso na entrega de documentos pode gerar penalidades para administração por descumprimento das Instruções 2/2008 do TCE/SP – Sistema AudeSP, Comunicado SDG nº 35/2014 e art. 104 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo:

Artigo 104 - O Tribunal de Contas poderá aplicar multa de até 2.000 (duas mil) vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) ou outro valor unitário que venha a substituí-la, aos responsáveis por:

- I - contas julgadas irregulares de que não resulte débito;
- II - ato praticado com infração à norma legal ou regulamentar;
- III - não atendimento, no prazo fixado, sem causa justificada, de diligência do Conselheiro Relator ou do Conselheiro Julgador Singular, ou de decisão do Tribunal de Contas;

MEIO AMBIENTE

Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O município editou o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos através da Lei Municipal nº 574/2014, para ter acesso a recursos federais, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para ser beneficiado por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade, conforme o art. 18 da Lei Federal nº 12.305/10.

Plano de Saneamento Básico

O município não editou o Plano de Saneamento Básico, nos termos do art. 11, 17 e 19 da Lei Federal nº 11.445/07. Cabe lembrar que o prazo para a elaboração do plano vai até o dia 31 de dezembro de 2019, conforme disposto no Decreto Federal nº 9.254/2017.

Coleta Seletiva

Foi constatado que o município não realiza a coleta seletiva de resíduos sólidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

RECURSOS HUMANOS

Férias

De acordo com a CLT, o empregador que não conceder as férias para o empregado ou que o fizer fora do período concessivo, é obrigado a pagar o valor equivalente em dobro, conforme o disposto nos art. 134 e 137⁴, podendo ainda sofrer sanções administrativas impostas pelo Ministério do Trabalho quando da fiscalização.

Portanto, para efeito do pagamento em dobro, todos os valores a que o empregado tem direito como o salário, as médias de variáveis, os adicionais previstos na legislação (noturno, insalubridade, periculosidade e etc.) e o 1/3 constitucional, devem ser considerados.

Analisando o relatório de controle de férias até 30 de abril de 2021, constata-se que o município não tem servidores com férias vencidas.

Vale Alimentação

Foi constatado que não houve pagamento do vale alimentação durante as férias, licenças e abonos dos funcionários a partir da promulgação da Lei Municipal nº 660/2017, onde o vale alimentação passou a ser por dia efetivamente trabalhado.

Hora Extra

Analisando a folha de pagamento, até o mês de abril de 2021, constata-se pagamentos de horas extras de forma habitual, bem como houve extrapolação do limite diário de horas extras. As horas extras habituais incorporam-se a remuneração do servidor para todos os efeitos legais. Dessa forma foram elencados alguns exemplos:

4

Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

Art. 137. Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de que trata o artigo 134, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Insta salientar que os funcionários da Prefeitura Municipal de Pracinha, são regidos pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, dessa forma, as horas extras realizadas de forma habitual, incorporam-se ao salário, sendo vedada suprimi-las sem o pagamento de indenização, uma vez que trata-se de ato lesivo ao empregado, com prejuízo aos seus ganhos, ofendendo ao princípio da irredutibilidade salarial, conforme o art. 7, inciso VI, da CF.

Nessa esteira, a Súmula nº 291 do TST – Tribunal Superior do Trabalho dispõe:

A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.

Além dos pagamentos de horas extras habituais, há funcionários em atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, **quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho**, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim. (Grifo nosso)

Conforme demonstrado na tabela acima, a maioria dos funcionários recebem insalubridade e realizam horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Livro e Registro de Ponto

Atualmente o registro de ponto dos funcionários é feito através de forma manual através de livro ponto, o que prejudica o controle a lisura das anotações.

Subsídios dos Agentes Políticos

Os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito foram regulamentados pela Lei Municipal nº 649/2016 e dos Secretários Municipais foram fixados pela Lei Municipal nº 650/2016, conforme segue:

Prefeito – 8.200,00

Vice-Prefeito - 3.600,00

Secretários – 2.100,00

Foi possível constatar que não houve pagamentos maiores que os fixados pelas respectivas leis municipais e não houve qualquer acréscimo ou gratificação, conforme o art. 39, §4º da CF/88 determina:

Art. 39 [...]

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

[...]



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Contratação Cargo em Comissão

No o 1º quadrimestre de 2021, foi constatado que foram nomeados 6 (seis) cargos em comissão.

BENS DE CARÁTER PERMANENTE (PATRIMÔNIO)

A Gestão Patrimonial compreende as atividades de tombamento, registro, guarda, controle, movimentação, preservação, baixa, incorporação e inventário de bens móveis, provenientes de aquisição no mercado interno e externo, e de doações, que incorporam o acervo patrimonial, assim como a indicação de servidores como responsáveis, no âmbito das unidades gestoras.

Diante dessas atividades, foi possível verificar o cumprimento dos procedimentos patrimoniais, conforme apresentado:

Diante de apontamentos realizados em quadrimestre anterior, foi possível constatar que há termos responsabilidade para guarda e administração dos bens patrimoniais disponibilizados a cada setor.

Os termos de responsabilidade estão assinados e com a relação de todos os bens.

Para cada bem de caráter permanente, há servidor designado para guarda e administração, conforme manda o art. 94 da lei nº 4.320/64.

A última atualização do termo de responsabilidade ocorreu 28/05/2019.

PROTOCOLO

No que se refere ao setor de protocolo da prefeitura municipal foi constatado o seguinte:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

O protocolo é feito pelos responsáveis pela tributação, não há um setor específico de protocolo.

Constata-se que o setor de protocolo ainda não é informatizado, é feito por registro em livro.

Verifica-se que as Secretarias e Diretorias municipais não possuem o livro de controle de trâmite de documentos e processos.

TRIBUTAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
SETOR CONTÁBIL

Exercício: 2021

Página: 1/1

4rtecnologia

BALANCETE COMPARATIVO CONTABILIDADE X TRIBUTOS - PERÍODO 01/01/2021 À 30/04/2021

Ficha	Receita	Descrição	A Contabilidade	B Tributos	C = A-B Diferença	Crítica de Lote	Digitação Receita
3	1118.01.1.1.01.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	31.849,01	31.849,01	0,00	0,00	0,00
4	1118.01.1.1.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA	3.880,43	3.880,43	0,00	0,00	0,00
5	1118.01.1.2.00.00	IPTU - MULTAS E JUROS	9,72	9,72	0,00	0,00	0,00
6	1118.01.1.3.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA	13.120,38	13.120,38	0,00	-69,00	-69,00
7	1118.01.1.4.00.00	IPTU - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	3.404,03	3.404,03	0,00	-10,87	-10,87
8	1118.01.1.9.00.00	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA D.A IPTU	1.302,76	1.302,76	0,00	-4,67	-4,67
9	1118.01.4.1.00.00	ITBI - IMPOSTO S/ TRANSM. INTER VIVOS DE BENS IMÓVEIS - PRI	18.475,70	18.475,70	0,00	0,00	0,00
14	1118.02.3.1.00.00	ISSQN - IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	6.708,46	6.708,46	0,00	0,00	0,00
15	1118.02.3.2.00.00	ISSQN - MULTAS E JUROS	10,01	10,01	0,00	0,00	0,00
19	1128.01.9.1.01.00	TAXA DE LICENÇA PARA FUNC. DO ESTABELECIMENTO	1.228,67	1.228,67	0,00	0,00	0,00
20	1128.01.9.1.02.00	TAXA DE FUNC. DE ESTAB. EM HORÁRIO ESPECIAL	16,10	16,10	0,00	0,00	0,00
24	1128.01.9.3.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	58,54	58,54	0,00	0,00	0,00
25	1128.01.9.4.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	4,29	4,29	0,00	0,00	0,00
26	1128.01.9.9.00.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - OUTRAS - DÍVJ	1,83	1,83	0,00	0,00	0,00
27	1128.02.9.1.01.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA	7.982,98	7.982,98	0,00	0,00	0,00
29	1128.02.9.1.99.00	OUTROS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.995,12	2.995,12	0,00	0,00	0,00
30	1128.02.9.2.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - MULTAS E JUROS	2,90	2,90	0,00	0,00	0,00
31	1128.02.9.3.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA	3.059,09	3.059,09	0,00	0,00	0,00
32	1128.02.9.4.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E	944,15	944,15	0,00	0,00	0,00
33	1128.02.9.9.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - DÍVIDA ATIVA - ATUALIZA	354,60	354,60	0,00	0,00	0,00
93	1928.02.9.1.01.00	OUTRAS RESTITUIÇÕES	2.896,98	0,00	2.896,98	0,00	2.896,98
Total:			98.305,75	95.408,77	2.896,98	-84,54	2.812,44

Conforme análise há divergência entre o lançado na contabilidade com o lançado na tributação, diferença que soma o valor R\$ 2.896,98

ARQUIVO

As instalações físicas são insuficientes para o arquivo, o espaço é pequeno, os documentos estão entulhados e a iluminação é pouca. A dispersão dos arquivos aglomeram os documentos em acondicionamentos insatisfatórios, com risco de degradação rápida dos arquivos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
ESTADO DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PARECER DO CONTROLE INTERNO

A gestão fiscal de abrangência contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, as ações de verificação dos procedimentos operacionais, examinando quanto ao atendimento dos princípios constitucionais, quanto à legalidade, moralidade, impessoalidade, primando pela eficiência nos atos de gestão do erário público, realizada no âmbito da Prefeitura Municipal de Pracinha, referente ao período de janeiro a abril de 2021, apesar dos achados e inconsistência de menor relevância e comentários sobre algumas deficiências, tecidos ao longo do relatório apresentado, foi exercida regularmente, não tendo conhecimento de qualquer fato que desabone gravemente a conduta de servidor ou agente político ou que comprometa a gestão deste órgão, que mantém em ordem a coisa e os recursos públicos postos à sua guarda e administração. Observa-se ainda, por meio dos acompanhamentos realizados até o momento, que as recomendações e determinações expedidas pelo Controle Interno são objeto de atenção e ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

É o relatório.

Pracinha, 11 de junho de 2021.

LUCAS BELLIZOTTI DO AMARAL MORENO
CONTROLADOR INTERNO